

DA PERCEPÇÃO DA CRIANÇA PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

VINICIUS THELHEIMER¹; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI²

¹PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas – thelheimer@gmail.com

²PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas – nirce.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A rua, uma parte do que representa a cidade, é lugar democrático, é lugar de todos. A presença das crianças na cidade demonstra inúmeras possibilidades de aprendizagem, de construção e reconstrução dos espaços urbanos, a “olhar o mundo através das infinitas recomposições que a imaginação nos permite” (CASTRO, 2004, p. 215).

A cidade, enquanto “espaço urbano de convivência social, materializador das atividades humanas” (FIORILLO, 2013, p. 79), demanda, cada vez mais, mecanismos capazes de promover uma reconstrução da sociedade, onde na participação popular os indivíduos se reconheçam enquanto agentes sociais.

O planejamento e a gestão urbana, como defende Souza (2006), são atividades distintas e complementares, não antagônicas. Enquanto o planejamento “busca simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor prevenir contra prováveis problemas ou, inversamente, com o intuito de obter melhor resultado de prováveis benefícios”, a gestão busca “administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2013, p.46).

A Emenda Popular, ferramenta que guia os assuntos de participação popular no planejamento e gestão urbana no Brasil, compôs os artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil, posteriormente a regulação pelo Estatuto da Cidade, lei nº10257 de 2001, com princípios básicos do planejamento participativo e a sua função social da propriedade. Para Torres (2009, p. 580), esse modelo de planejamento consiste em “um modo de criar relações e de compartilhar conhecimentos entre os participantes com o objetivo de criar capacidade para confrontar a situações problemáticas” em busca de diálogo a partir do qual os conflitos poderiam ser minimizados propondo uma solução comum e compartilhada.

Constatando-se que nem mesmo a grande maioria dos adultos conseguiu ter acesso pleno a um espaço de democracia direta, ainda que assegurado por lei, e que grande parte dessas conquistas sociais têm sido retiradas, propor que se incluam as crianças nesse espaço democrático é um grande desafio. Espera-se com esse trabalho, contribuir para tal empreitada. Em função disso, a questão principal para essa pesquisa é: **como incluir efetivamente a participação das crianças como agentes sociais no planejamento e na gestão urbana, problematizando as possibilidades de criação da cidade a partir da percepção infantil?**



Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral: refletir sobre as particularidades apresentadas pelas crianças em sua relação de percepção e apropriação da cidade com o intuito de definir balizadores e reflexões que possam contribuir para uma maior inclusão de crianças nos processos participativos de planejamento e gestão das cidades.

Dessa maneira, o estudo proposto tem como objetivos específicos:

- i) Conhecer o público-alvo da pesquisa - a criança - e estudar as especificidades deste grupo;
- ii) Compreender por meio da relação direta o bairro pertencente ao estudo de caso, seu potencial cultural e pedagógico para as crianças;
- iii) Investigar aspectos perceptivos, comportamentais e do ambiente construído através da visão da criança, no bairro pertencente ao estudo de caso;
- iv) Diagnosticar e analisar os aspectos urbanos do ambiente feitos através de uma visão técnica, no bairro pertencente ao estudo de caso;
- v) Sistematizar as informações obtidas através dos estudos teóricos e de campo, para possibilitar a reflexão e questionamentos necessários para o lançamento de recomendações para inclusão de crianças nos processos participativos de planejamento e gestão das cidades.

2. METODOLOGIA

Em se tratando aqui de uma pesquisa de natureza exploratória, busca-se explicitar os elementos relativos à problemática da inclusão da criança nos processos participativos de planejamento e gestão de cidades, a fim de fornecer embasamento para a construção de proposições práticas. Como procedimento inicial, o levantamento documental e bibliográfico: por meio de referências teóricas e documentos permitindo conhecer estudos já realizados; No seguimento, através de métodos participativos adequados à infância, efetuar uma avaliação dos aspectos perceptivos, comportamentais e do ambiente construído através da visão da criança. A revisão bibliográfica indicará os métodos mais adequados. O trabalho de campo poderá assumir a forma de pesquisa -ação em conjunto com algumas técnicas etnográficas

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A INFÂNCIA E A CIDADE

Castro (2001) nos fala que o vínculo entre a infância e a cidade muitas vezes é rompido pela delimitação do espaço urbano, por exemplo confinando a criança dentro de casa ou na dentro de uma sala de aula, o que pode impedir o contato das crianças com a diversidade da cidade. É importante que as crianças sejam vistas “movimentando-se e atuando exatamente no mesmo mundo em que as outras pessoas o fazem, e não somente dentro desses limitados mundos da brincadeira, do cuidado e do aprendizado que tem sido indicados para elas” (CASTRO, 2001, p.76).

Com a visão centrada no adulto presente na sociedade, na qual a infância é apenas uma fase de preparação, muitas vezes não é dada importância ao que as crianças têm a nos dizer. Contrapondo-se a esta visão, a Sociologia da Infância

(BORBA, 2005) considera as crianças sujeitos sociais plenos, dotados de capacidade de ação, participação e ressignificação, produzindo competências em suas relações sociais.

Para que a criança adquira independência de autonomia, ela precisa viver e ver a cidade, precisa habitar os espaços públicos, bem como participar da vida da cidade (CASTRO, 2001). A independência de autonomia que Castro (2001) menciona refere-se ao modo como a criança desenvolve, ao longo do tempo, uma representação mais consistente do espaço físico (percepção, identificação e memória) e, com isso, uma liberdade progressiva de ação no espaço cotidiano. O contexto urbano muitas vezes tem seus equipamentos criados e construídos a partir do imaginário do adulto, não considerando o imaginário infantil. Concordamos com Lima (1989) que critica a pretensão dos adultos, arquitetos, planejadores urbanos e políticos de acharem que podem construir espaços voltados para as crianças sem consultarem e escutarem sua percepção da cidade e o que elas têm a dizer. Entende-se que elas são capazes de opinar, criticar e refletir sobre a escolha de onde brincam, vivem e aprendem. Assim, elas devem ser reconhecidas como agentes sociais e o espaço urbano como mediador das relações humanas. Um lugar que por direito é delas no que se refere à participação na vida familiar, comunitária e política.

3.2 A PERCEPÇÃO

Segundo Guimarães (2018), o campo de estudo da Percepção tem seus fundamentos ancorados em pesquisas realizadas pela área da Psicologia Ambiental e da Geografia Humanista quando, na década de 60 do século XX, seus precursores apresentaram publicações que visavam desenvolver métodos de observação participativa, os quais relacionavam o comportamento humano com o ambiente construído.

A partir de 1960, várias tendências sociais criaram inovações nos estudos da percepção com a pesquisa de Kevin Lynch, sobre a Imagem da Cidade, onde foram estudados aspectos de localização e focalização referencial, tendo como reflexos na metodologia de avaliação do desenvolvimento do método científico no campo da percepção e do comportamento espacial.

3.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA MAIS POPULAR

A participação popular no planejamento das políticas públicas consagra a observância do cumprimento das funções do Estado em consonância com os interesses de todos os indivíduos, hábil a construir uma sociedade integradora, atenta a todas as peculiaridades de dada localidade, em atenção, ainda, às temporalidades a que está sujeita.

A cidade, enquanto “espaço urbano de convivência social, materializador das atividades humanas” (FIORILLO, 2013, p. 79), demanda, cada vez de forma mais latente, mecanismos capazes de promover uma reconstrução da sociedade, onde os indivíduos se reconheçam enquanto atores sociais, responsáveis pela construção de uma sociedade sustentável, com fins de justiça social, imbuindo em cada cidadão um verdadeiro sentimento de pertença. É nesse sentido que o fortalecimento da participação popular na gestão da cidade, aliado, por óbvio, à

garantia efetiva de direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal, a exemplo do direito a uma educação de qualidade e à informação.

4. CONCLUSÕES

Com a realização destas primeiras aproximações, é possível perceber amplitude não somente do questionamento inicial sobre a real integração de crianças no processo de participação popular na gestão pública. Além disso, quando alguém se dispõe a realizar uma pesquisa, geralmente percebe que sempre é possível acrescentar mais informações e, certamente, este é o caso.

Pretende-se, a partir deste momento, complementar mais o aporte teórico, revisar metodologias e para, assim, seguir avançar no cronograma e partir trabalho de campo; para coleta de dados junto às pessoas envolvidas nas experiências.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, A. M. Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF de 11 de julho de 2001.

CASTRO, Lucia Rabello de. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. Revista Psicologia Política, Vol. 7, nº 14, 2007.

CASTRO, Lucia Rabello de. Participação Política e Juventude: Do Mal-Estar à Responsabilização Frente ao Destino Comum. Rev. Sociol. Polít., v.16, n.30, p. 253- 268, jun. 2008.

GUIMARÃES, Elisa Santos. O idoso e a relação entre seus processos de percepção e de apropriação do ambiente construído: o caso de áreas situadas nos bairros Centro, Fragata e São Gonçalo, Pelotas, RS. (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19yhKZ-_pATdVFjAwNBiv--2Ud_bkxY8n/view> Acesso em: 22 dez. 2019.

LYNCH, K. A Imagem da Cidade. São Paulo: Arte e Comunicação, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

TORRES, N. R. Planejamento numa sociedade em rede: práticas de planejamento colaborativo no Brasil. Cadernos Metrópole, v. 11, n. 22, p. 571-591, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5948>> Acesso em: 09 jan. 2020.